

FUNDESTE

FUNDAÇÃO DE ENSINO DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR

Chapecó - SC



Ano 2

N.º 3

OUT. / 87

FUNDAÇÃO DE ENSINO DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR
CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE DE SC - CEOM

CADERNO DO CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA

SÓCIO-CULTURAL DO OESTE DE SC

Ano 2	, Nº 3	OUT/87
-------	--------	--------

FUNDAÇÃO DE ENSINO DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR

Diretor Geral: Profº Santo Rossetto

Vice-Diretora: Profª Elisabete Rabaldo Bottan

CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL

DO OESTE DE SANTA CATARINA - C E O M

Coordenação: Ilda Ana Brisot

Comissão Central: Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz

Jaci Poli

José Carlos Ortiz

Nemésio Carlos da Silva

Secretária Geral: Angelita Bays Martini

CADERNO DO CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA

MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE DE SC

CONSELHO EDITORIAL

Coordenação Editorial

- Hilda Beatriz Dmitruk Ortiz
- Nemésio Carlos da Silva

Membros

- Ilda Ana Brisot
- Jaci Poli
- José Carlos Ortiz
- Oneida Maria Belusso

Secretária Geral

- Angelita Bays Martini

APOIO: Prefeitura Municipal de Modelo

APRESENTAÇÃO

Três predominâncias étnicas distintas sucedem-se no "continuum" do processo de desenvolvimento histórico-cultural do Oeste de Santa Catarina. O indígena Kaingang e Guarani foi o homem primeiro desta significativa região do Estado. Depois dele predominou o Caboclo e, finalmente, o descendente direto de europeus, sobretudo italianos e alemães, provindos das regiões agrícolas minifundiárias do Rio Grande do Sul.

O Caderno nº 02 do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina procurou resgatar, sistematizar e transmitir informações antropológicas e histórico-culturais básicas a respeito da população indígena. Este Caderno, o nº 03, tem o mesmo objetivo em relação à população cabocla que sucedeu à indígena.

A importância de um estudo sobre a população cabocla do Oeste de Santa Catarina depreende-se sobretudo de dois dados que merecem ser destacados:

1) É urgente que uma historiografia objetiva faça justiça ao caboclo em geral, tirando-o daquela espécie de limbo sócio-cultural em que foi e ainda é jogado por tradições e estereótipos comumente em voga que o julgam como membro de uma raça de somenos importância em contraposição à supervalorizada civilização européia. Algumas expressões muito conhecidas no linguagem popular mostram a crueldade do menosprezo que italianos e alemães lhe tem votado: "isso é pior que serviço de negro" ; "tão bem feito que parece serviço de branco"; "negro que não suja na entrada, suja na saída", etc.

Essas e outras expressões semelhantes não deixam dúvida quanto à afirmação do autor deste estudo: "o mais importante é saber que a conceituação de caboclo é muito mais social e econômica do que racial".

Desta forma, o conteúdo deste terceiro Caderno do CEOM consegue costurar algumas considerações que, se não resolvem, ajudam pelo menos a compreender com maior clareza, o problema do desaparecimento do Caboclo que sucedeu ao desaparecido índio Kaingang.

2) A Guerra do Contestado, trágico desfecho da história do Caboclo do Oeste Catarinense, embora tenha merecido alguns significativos ensaios de interpretação histórica e sociológica, ainda continua um episódio não suficientemente desmistificado para que possa ser entendido com a objetividade científica que possui em si mesmo. O grande afluxo de caboclos que se juntaram nas regiões do Irani, no vale do Rio do Peixe, nos arredores de Curitibanos, Campos Novos etc, inicialmente atraídos pelas promessas messiânicas de João Maria e posteriormente enfrentando as forças armadas, numa prolongada e impressionante guerra de guerrilhas, precisa ser entendido à luz de razões mais longínquas que não as de caráter puramente circunstancial e externo à natureza antropológica do próprio Caboclo.

O estudo do presente Caderno não teve a pretensão de fazer tudo isso. Ele tem, entretanto, o mérito de aguçar a necessidade de que isso seja feito.

Prof^o SANTO ROSSETTO
Diretor Geral do CES-FUNDESTE
Autor do Projeto CEOM

INTRODUÇÃO

Uma abordagem sobre a região Oeste Catarinense exige algumas considerações preliminares. Uma delas é a da própria definição da região abrangida.

O Oeste que aqui será abordado conceitua-se a partir do primitivo Chapecó, hoje desmembrado em trinta e quatro municípios. Para que se possa entender como esse território todo chegou ao que é atualmente, necessário se faz, estudar desde a penetração dos primeiros grupos humanos até os diferentes fluxos migratórios que se sucederam. Mais do que saber as datas de fundação das cidades e de chegada de seus líderes, preciso se faz estudar a população que deu consistência ao descobrimento regional e fundamentou a ação destes líderes, pois é, a partir da massa anônima, que a história desabrocha.

Em linhas gerais, no povoamento regional, podem ser visualizadas três fases de ocupação, cada uma com atividades econômicas características:

- fase de ocupação indígena: até meados do século XIX, afora algumas incursões exploratórias portuguesas, a região era território tradicionalmente ocupado pelos índios Kaingang;

- fase cabocla: a população que sucedeu à indígena e miscigenou-se com esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos, cuja principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo. Esta é a fase mais esquecida e a menos estudada de todas;

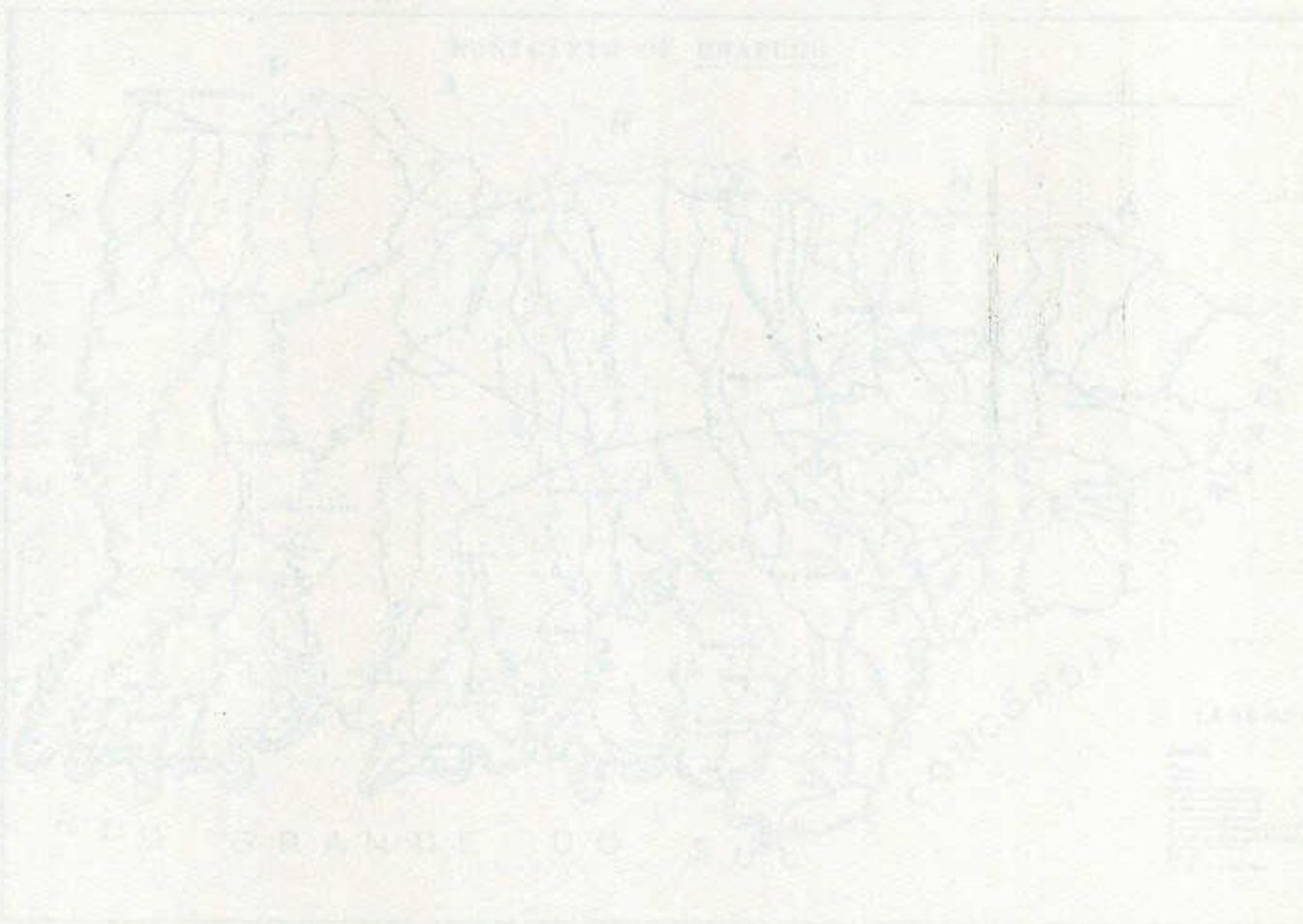
- fase de colonização: caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande do Sul pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esses colonos passam a adquirir terras das colonizadoras, formando a grande frente agrícola e pecuária que vai a fastando, aos poucos, o caboclo.

A partir da definição destas fases, urge efetuar um estudo aprofundado de todos os momentos desta evolução. O trabalho ora apresentado, preocupa-se, principalmente, em interpretar as características da ocupação cabocla, geralmente relegada a segundo plano em função de sua pouca expressão econômica. Quase sempre pobres, raramente proprietários das terras que exploravam, estes caboclos desbravaram os sertões, embora, via de regra, seja menosprezada a importância

de sua contribuição por terem uma filosofia de vida divergente com a dominante nas atuais comunidades.

No entanto, entendê-los é fundamental, lembrá-los torna-se uma obrigação ineludível e estudá-los, uma necessidade histórica.

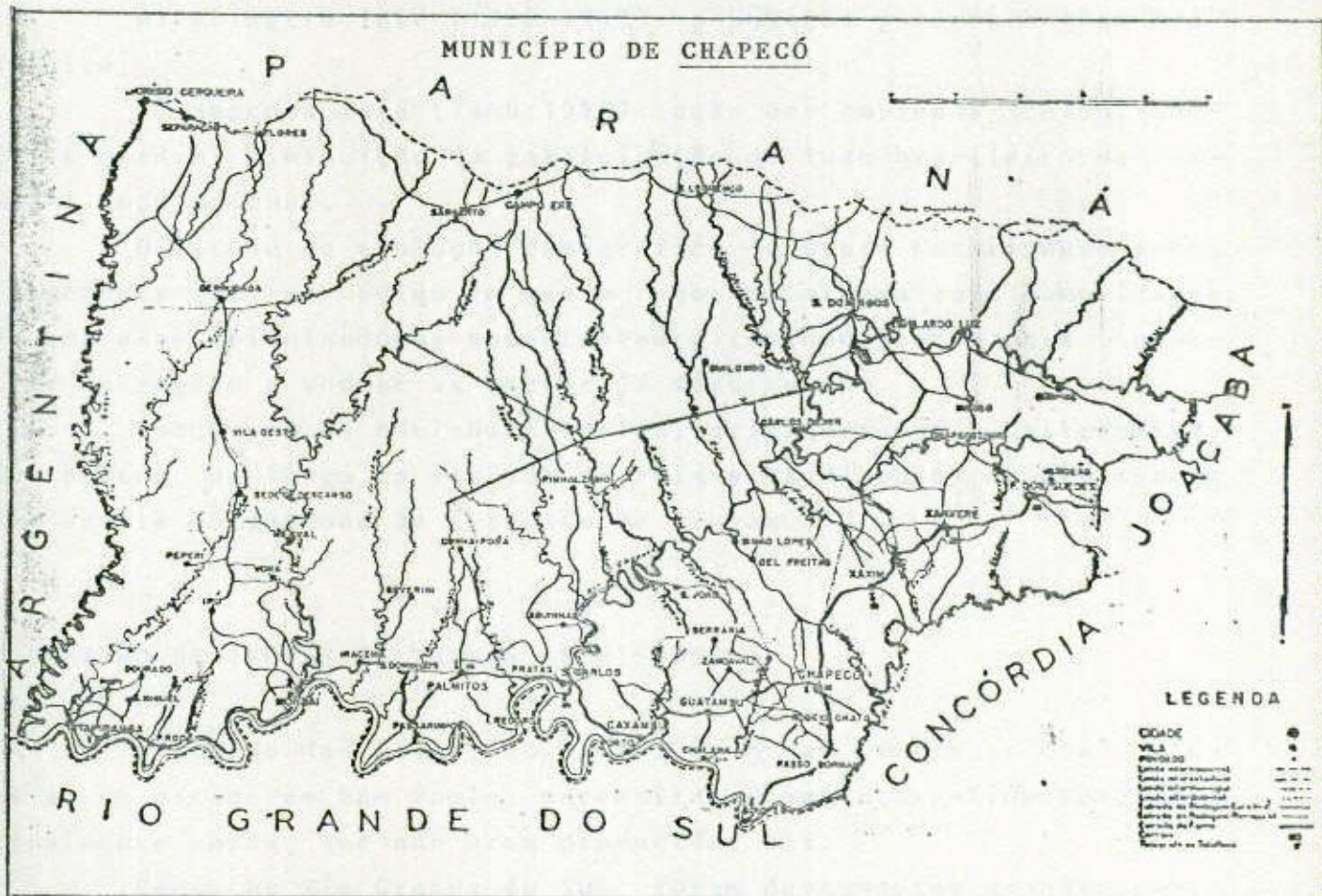
Leopoldo, que foi o primeiro a propor a ideia de uma comunidade
que fosse diferente das tradicionais, não sendo de caráter religioso,
mas de caráter laico, para dar resposta ao regime autoritário e
repressivo "Estado Novo". De sua experiência intelectual de 1937
até 1945, no Instituto de Estudos Sociais de Coimbra, em
Portugal, onde foi diretor, nasceu o projeto de criação de uma
nova comunidade.



* - Pós-graduado em História (Convênio UFSC/FUNDESTE)
- Membro do CEOM/FUNDESTE e do Centro de Memória "Leopoldo Miguel Hermes" do município de Modelo.

O VELHO CHAPECÓ E A PROPRIEDADE DA TERRA

Na região Oeste, no início do século, havia a "terra de ninguém" chamada de terra devoluta, ocupada por um pequeno número de habitantes, que não possuíam a propriedade da terra que exploravam. Poucas áreas tinham proprietários e nem mesmo as grandes colonizadoras haviam tomado posse das terras. A região toda constituía o chamado "Velho Chapecó". Da área originariamente formadora do território chapecoense, em diferentes épocas, foram desmembrados trinta e quatro municípios, incluído o próprio município de Chapecó (ver mapa 01).



Mapa 01

Fonte: SILVA, Zedmar Perfeito da (1950, p.301)

O CABOCLO, DESBRAVADOR DO OESTE CATARINENSE

Quando se pesquisa o contingente populacional formador das primeiras comunidades do oeste Catarinense, percebe-se uma predominância marcante de luso-brasileiros, pouco conhecidos, aos quais aplica-se hoje a denominação de caboclos.

Os levantamentos feitos tanto nos registros eclesiásticos

como nos cartoriais, pelos pós-graduandos do curso de História (convênio UFSC/FUNDESTE) e que remontaram às épocas mais antigas de vários municípios do Oeste, constataram que comunidades, hoje com população preeminente alemã ou italiana, receberam, no seu início, o aporte étnico luso-brasileiro.

O levantamento dos casamentos realizados no início do século em Xanxerê, Abelardo Luz, Xaxim, Chapecó e Modelo, confirmaram o fato de que o luso-brasileiro foi o verdadeiro pioneiro na penetração e desbravamento do sertão oestino catarinense. A pesquisa demográfica em Modelo, por exemplo, mostrou duas fases bem diferenciadas:

a) primeira fase (1928-1947): população puramente luso-brasileira;

b) segunda fase (1948-1958): ação das empresas colonizadoras e gradual diminuição da participação do luso-brasileiro na formação populacional.

O estudo da evolução demográfica do Oeste Catarinense permite deduzir que, na medida em que o caboclo formava suas comunidades, as empresas colonizadoras encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já desbravadas.

Esses poucos núcleos caboclos, originaram-se, basicamente, dos pousos, ao longo da estrada de Palmas às Missões e da exploração dos ervais no período de trânsito de tropas.

O CAMINHO DE TROPAS DE PALMAS ÀS MISSÕES

A região das minas, no estado de Minas Gerais, e dos cafezais, no estado de São Paulo, necessitavam importar alimentos, principalmente carne, que não eram produzidas ali.

Como, no Rio Grande do Sul, foram descobertas grandes rebanhos de gado "xucro", isto é, que se criava solto no campo, os paulistas começaram a pensar seriamente em transportar esse gado para a região, onde seria abatido para alimentar os trabalhadores das minas e cafezais.

Em 1728, foi aberta uma estrada ligando Viamão (RS), a São Paulo, passando através dos Campos de Lages, por onde começou a ser transportado esse gado. Por muitos anos, foi o único caminho para o trânsito das tropas, e, no seu trajeto, foram se formando muitas fazendas e vilas, iniciadas, principalmente, nos locais de pouso que se espalharam ao longo de toda a estrada.

Assim surgiram Lages, Curitibanos, Campos Novos e São Joaquim, como as principais vilas, e onde localizaram-se as maiores fa

zendas de criação, do planalto catarinense.

Nesta época, todo o planalto e oeste de Santa Catarina atuais pertenciam à província de São Paulo e não existia nenhum caminho permanente de comunicações com o litoral catarinense.

Quando, em 1820, Lages foi incorporada ao território catarinense, os tropeiros passaram a pagar impostos sobre o gado em trânsito, tornando mais cara a carne.

Enquanto se formava a região do planalto catarinense, os paulistas já estavam penetrando nos campos de Guarapuava, ocupados pelos índios Kaingang. Em 1810, uma expedição comandada pelo Tenente Coronel Diogo Pinto Azevedo Portugal, inicia a formação de fazendas de criação de gado em Guarapuava e Palmas (Conselho Indigenista Missionário, 1984).

As fazendas eram muito importantes para os portugueses por duas razões:

- a primeira, pela necessidade cada vez maior de produção de alimentos para a região dos cafezais;

- a segunda, está ligada à necessidade de tomar posse do imenso território formado pelo Paraná e Oeste Catarinense. Esta região, completamente desconhecida dos portugueses, era ocupada por índios Kaingang, que tinham ali seu território tradicional. As fazendas eram a forma mais rápida e barata de ocupar territórios, por atingirem grandes extensões sem necessidade de uma população muito numerosa. Foi assim que nos Campos de Guarapuava formaram-se diversas fazendas que foram ocupando todo o espaço de campos próprios para a criação do gado.

Os Índios, que haviam sido atraídos para uma aproximação com os brancos, informaram da existência de outros campos, mais ao sul, e que despertaram o interesse dos guarapuavanos. Em 1838 formou-se uma expedição que foi em busca dos novos campos, chamados de "Campos de Palmas". A ocupação ocorreu rapidamente, com a formação de 37 (trinta e sete) fazendas de criação, centralizadas pela Vila de Palmas, criada mais ou menos no centro.

Como o número de pessoas interessadas na formação de suas criações era demasiado grande para instalar-se todos em Palmas, houve uma distribuição entre os que participaram das expedições, e, muitos, seguiram mais a Oeste, tendo chegado até os Campos do Erê, no local onde atualmente está localizado o município de Campo Erê.

Com a consolidação da ocupação de Palmas, o governo paulista pensa em conseguir uma ligação com a região das Missões, no Rio Grande do Sul.

A importância do caminho era incontestável, em função da redução da distância no transporte de tropas para São Paulo, ao mesmo

tempo que permitiria maior certeza de que o território seria definitivamente considerado brasileiro.

A região das Missões do Rio Grande do Sul havia sido conquistada aos espanhóis em 1801, mas o território entre os rios Iguaçu e Uruguai ficava com seus limites bastante indefinidos.

A frente pastoril, que se instalara na região de Palmas e Guarapuava, estendendo-se até Campo Erê, conseguira assegurar a posse de grande área no atual sudoeste do Paraná, mas ainda era incipiente a presença brasileira na região formada pelo Oeste Catarinense, principalmente por ser uma região de matas, onde a criação de gado era mais difícil e dependia de um trabalho de desmatamento.

A ocupação dos campos de Palmas deu-se de forma bastante improvisada. "A oligarquia campeira nunca se preocupou em colonizar as áreas que não fossem de campos, justamente em função das dificuldades que teriam que enfrentar. A ocupação foi se desenvolvendo em forma de arquipélago, com imensos vazios demográficos, ficando a cidade ou vila apenas como um apêndice dos campos de criação". (Wachowicz, 1985).

Outro aspecto interessante de se observar é que, com a atividade pecuária, surgiu um preconceito bastante forte contra a agricultura. As pessoas preferiam trabalhar como peões ou tropeiros do que agüentar o cabo de uma enxada ou a barra de um arado. A atividade pecuária dava mais "status".

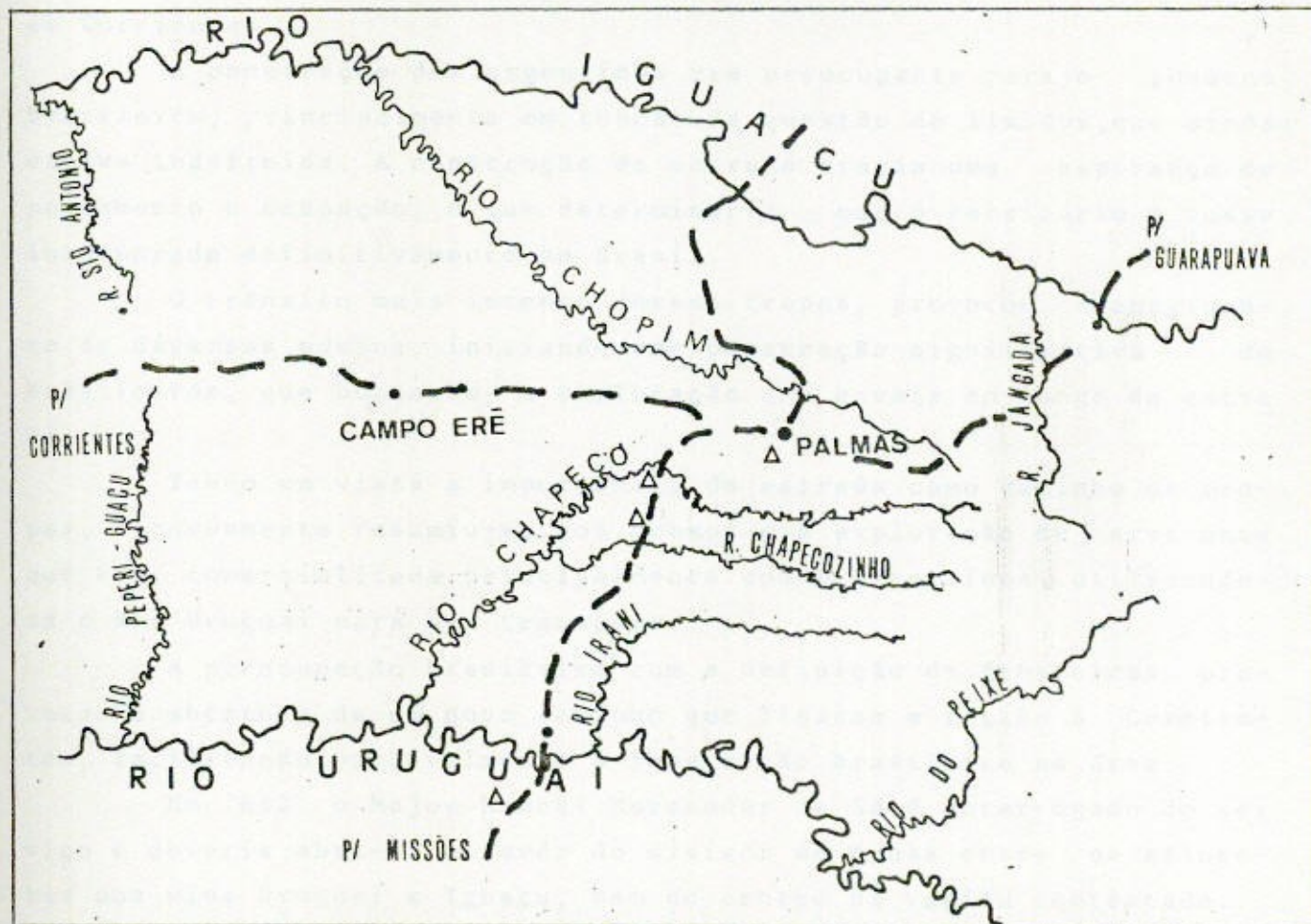
A agricultura era desenvolvida somente em regiões onde se instalavam os excessos populacionais que se afastavam dos campos, e que produziam alimentos, normalmente fornecidos também às fazendas.

Com a certeza de que um caminho ligando Palmas às Missões riograndenses era cada vez mais necessário para a definitiva incorporação do território ao Brasil, em 1845, o Alferes Francisco da Rocha Loures foi encarregado da abertura da estrada. Como a picada teria que passar por território de índios hostis à presença do branco, o encarregado preocupou-se em conseguir a ajuda do cacique Vitorino Condá, que conhecia bem a região, ao mesmo tempo que poderia contornar as dificuldades junto aos índios, pela sua grande ascendência sobre eles. Condá não poupou esforços para ajudar Rocha Loures, que havia sido seu companheiro de infância. Ao mesmo tempo, a província do Rio Grande do Sul procurou ajudar, através do envio de missionários para a região de Nonohay, com a função de promover o aldeamento dos indígenas. (Wachowicz, 1985).

Segundo estudo realizado pelo Conselho Indigenista Missionário Regional Sul, (1984) o roteiro da estrada, a partir de Palmas, foi o seguinte: cruza os rios Chapecó e Chapecozinho; passa pela Campina do Xanxerê, Serra do Tigre, Passo Ferreira, Passo do Carneiro (mais

tarde chamado de Passo Bormann), Goio-En, Nonoai e Vila de Cruz Alta.

Na Vila de Cruz Alta liga-se com a estrada de Vacaria às Missões, já freqüentada desde a formação do caminho de tropas através dos campos de Lages, conforme pode ser visualizado no mapa 02.



Mapa 02

Fonte: Conselho Indigenista Missionário (1984, p.15).

A região missioneira já era bastante conhecida e, com o trânsito das tropas, houve a formação de pousos ao longo do caminho, apesar da falta de estrutura que apresentava.

O novo caminho, porém, tinha a grande vantagem de permitir o transporte do gado sem necessidade de parada para a engorda e descanso.

A nova estrada passava por uma região rica em ervais, cuja descoberta se transformava em grande atrativo para a exploração, em função do crescimento da indústria ervateira principalmente no Paraná.

Na medida em que as tropas começam a circular, os ervais ao longo da estrada começaram a ser explorados com mais intensidade.

Na margem do rio Uruguai, os correntinos (Argentinos de Corrientes) penetravam cada vez mais em território brasileiro, em busca da erva oestina, por ser um negócio muito rendoso. Para dar infra-estrutura à exploração, foram instaladas diversas feitorias ao longo do rio. Manoel Marcondes de Sá (apud Wachowicz, 1985) afirma que essas feitorias eram todas de brasileiros que estavam estabelecidos em Corrientes.

A penetração dos argentinos era preocupante para o governo brasileiro, principalmente em função da questão de limites, que ainda estava indefinida. A construção da estrada trazia uma esperança de povoamento e ocupação, o que determinaria que o território fosse incorporado definitivamente ao Brasil.

O trânsito mais intenso dessas tropas, provocou o surgimento de diversos pousos, iniciando uma penetração significativa de brasileiros, que buscavam a exploração dos ervais ao longo da estrada.

Tendo em vista a importância da estrada como caminho de tropas, o povoamento resumiu-se aos pousos e à exploração da erva-mate que era, comercializada principalmente com os argentinos, utilizando-se o Rio Uruguai para seu transporte.

A preocupação brasileira com a definição de fronteiras, provocou a abertura de um novo caminho que ligasse a região a Corrientes, facilitando sensivelmente a penetração brasileira na área.

Em 1862, o Major Manoel Marcondes de Sá é encarregado do serviço e deveria abri-la através do divisor de águas entre os afluentes dos rios Uruguai e Iguazu, bem no centro da região contestada.

Manoel Marcondes de Sá formou sua expedição com trabalhadores vindos da Corte, alguns contratados em Palmas e mais 37 índios Kaingang comandados por Vitorino Condá. (Wachowicz, 1985).

A estrada parte dos campos de Palmas em direção a oeste, passando por Campo Erê, que era a mais ocidental ocupação portuguesa. A situação, em Campo Erê, conforme descrição de Marcondes de Sá (apud Wachowicz, 1985, p.33), era "vexatória e condicionadora à indolência e à miséria" pela grande dificuldade de comunicação com as regiões mais povoadas, como Palmas.

Além de ser uma forma de demonstrar o adonamento do território, o caminho tinha como objetivo fundamental conseguir atingir a região de Corrientes produtora de muares, cuja utilização facilitaria o transporte para os cafezais paulistas, onde esses animais eram fundamentais ao transporte.

Os pousos, ao longo dessa nova estrada, transformaram-se em pontos de povoamento, ao mesmo tempo que tornavam mais atrativas as terras, que eram ricas em ervais e madeiras nobres.

existente à época era formado, quando os caboclos (cuja atividade principal era coleta de ervas-mate e o plantio de pequenas roças para a produção de alimentos necessários à sua sobrevivência) e de índios, normalmente deslocados de seus grupos e, já, pouco arredios à presença de brancos.

A erva-mate era vendida aos argentinos que circulavam livremente em busca do produto.

Podemos considerar a fase de formação das fazendas e abertura dos caminhos como a "fase pecuária", que promoveu uma aproximação bastante grande com a região, tendo, inclusive, conseguido a maior e mais profunda penetração populacional no Oeste.. Este converteu-se num dos maiores argumentos brasileiros para a preservação do território sob seu domínio, mas não conseguiu trazer o efetivo povoamento e ocupação do território.

O interior do Oeste não foi conhecido e nem explorado, embora houvesse a certeza da existência de muitos outros ervais, tão ou mais abundantes que os já conhecidos.

Naturalmente, não se pode considerar como frustrada a tentativa de ocupar o território, embora seu sucesso não possa ser considerado como pleno. O Oeste foi, basicamente, um roteiro a ser vencido por uma estrada sem, contudo, ter sido considerado como região a ser ocupada e desenvolvida. A sua maior importância residia na diminuição da distância percorrida pelas tropas e na fuga dos impostos intermediários, pagos em Lages pelos tropeiros. Necessário se faz, porém, reconhecer que produziram-se condições de aproximação suficientes para uma futura integração regional à economia brasileira.

Não se tendo conseguido produzir efeitos de colonização, suficientes para assegurar os domínios brasileiros, mais tarde, houve necessidade da formação das colônias militares de Chapecó e Chopim.

A COLÔNIA MILITAR DE CHAPECÓ

O Oeste catarinense foi alvo de duas disputas de limites, ou seja, a disputa entre o Brasil e a Argentina e a disputa entre Santa Catarina e o Paraná.

A pendência pela região com a Argentina teve origem ainda antes da independência de ambos os países, com o tratado de Santo Ildefonso, em 1777.

As posses ibéricas foram definidas da seguinte forma:

- a) Rio Uruguai, antigamente denominado de Goio-En;
- b) Rio Iguaçu, antigamente denominado de Grande ou Curitiba;

c) A faixa intermediária entre esses dois vales.

No tratado de Santo Ildefonso, as divisas foram definidas como nos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, mas as comissões demarcadoras nunca definiram claramente a localização dos referidos rios.

Em 1881, os argentinos informaram ao Brasil que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio do tratado eram os rios Chapecó e Chopim, e reivindicavam para seus domínios a área compreendida entre estes. Para o Brasil, não havia como discutir uma solução em que houvesse a perda do território (Wachowicz, 1985). Após esse episódio, o governo imperial brasileiro resolveu instalar as colônias militares de Chapecó e Chopim, visando assegurar a posse sobre o território em questão.

No ano de 1888 os argentinos retificaram a sua interpretação da questão, afirmando que o Rio Peperi-Guaçu (afluente do Uruguai), era o Rio Chapecó e o Rio Santo Antônio era o Rio Jangada (afluente do Iguaçu). (Wachowicz, 1985).

Quando dessa disputa com a Argentina, a erva-mate era a principal atividade econômica da região e os argentinos foram os primeiros a conhecer e explorar esses ervais abundantes.

A primeira atividade oficial brasileira foi a abertura do caminho para as missões do Rio Grande do Sul, passando essa região ser considerada apenas como parte dessa estrada. Os argentinos, mesmo depois da abertura, continuaram a manter amplos vínculos comerciais com a população local, durante o "ciclo" da erva-mate e, mais tarde, no "ciclo da madeira".

O único mercado que adquiria o produto dessa região era o argentino e, quando os brasileiros abriram o caminho de tropas, eles já tinham feitorias e barbaquás instalados. Quando o mercado interno começou a adquirir a madeira oestina, os argentinos estavam importando madeira havia quase 50 anos.

A ação governamental brasileira, preocupou-se somente em promover ações necessárias para garantir a posse do território, sem preocupar-se tanto com o desenvolvimento econômico e social do Oeste catarinense.

Pelo Decreto nº 2.502, de 06 de novembro de 1859, o governo imperial criou as colônias militares de Chapecó e Chopim. (Conselho Indigenista Missionário, 1984; Piazza, 1982).

A instalação dessas colônias foi, porém, bastante retardada, e, somente em 1880, o Capitão José Bernardino Bormann foi encarregado da instalação da Colônia Militar de Chapecó, a qual foi instalada em março de 1882. (Piazza, 1982).

A Colônia Militar de Chapecó foi localizada na Campina de Xanxerê, em região próxima do caminho de tropas, abrangendo uma área

de quarenta e oito léguas quadradas e composta de quarenta famílias.

Conforme o decreto de criação, essa colônia poderia distribuir títulos de terras e promover a colonização da região. No artigo segundo do decreto de criação é colocada, como finalidade básica, a proteção dos habitantes dos Campos de Palmas contra os índios, ao mesmo tempo em que deveria promover a catequese e civilização dos silvícolas. (Piazza, 1982).

Como afirma Walter Fernando Piazza (1982), a colônia teve uma evolução bastante significativa:

- Em 1884, era composta de 58 casas;
- Em 1885, setenta e quatro casas, com 190 pessoas mais o destacamento militar;
- Em 1886, funcionavam duas escolas, uma diurna para 26 crianças e uma noturna para 22 praças do destacamento, e
- em 1893, possuía 124 casas de colonos e onze edifícios públicos.

Silvio Coelho dos Santos diz que a Colônia Militar do Xapacó "no período compreendido entre 1882 a 1910, distribuiu 55 títulos de propriedades a agricultores ...". (Santos, 1977, p.28).

Conforme o Sr. Teodomiro de Aguiar, cada colono recebeu a quantia de cento e doze alqueires de terra:

"Aqui era colônia militar, então só tinha cento e doze alqueire, que cada um tinha direito, cada colono ... com dezesseis anos emancipô-se a colônia, então saiu e os colonos ficaram aqui." ¹

Percebe-se que a presença dessa colônia foi fator importante para a divulgação da potencialidade econômica do Oeste. Quando do julgamento da questão de limites (1895), houve um estudo aprofundado sobre os redutos povoados, com mapeamento de toda a área, buscando argumentação suficiente para convencer os intermediadores de que esta região deveria ser brasileira. (Ver Resenha de Datas-1895).

O sucesso da colônia teve como principal baluarte a abundância da erva-mate na região, de tal forma que os colonos que recebiam as terras tinham no seu corte e venda a única maneira de conseguir dinheiro.

Quanto à formação de lavouras, somente eram para a subsistência, em função da inexistência de mercado, e mesmo, de condições para o transporte dos produtos a outras regiões, para comercialização.

Enquanto perdurou a exportação da erva-mate e seu preço se manteve alto, mantiveram-se boas as condições de vida dos seus habitantes. Não obstante, como a exploração da erva não exige estradas muito boas, poucas foram abertas e a comunicação dos colonos com suas terras era feita por picadas. Tendo em vista que a colônia mili

(1) Entrevista realizada com Teodomiro de Aguiar, por Tânia Maria Castelli Catalan, em 13 de novembro de 1986. depositada no GEOM/FUNDESTE, p.12.

tar foi desativada, por volta de 1908, enquanto permanecia bem dinâmica esta atividade extrativa-comercial, ficou a população aí radicada com reais possibilidades de progresso econômico. Ao contrário, quando houve a queda da exportação da erva-mate, os compradores do produto extraído em Xanxerê desapareceram e a situação dos habitantes se tornou quase insuportável, sendo que muitas pessoas passaram a não contar mais com dinheiro para adquirir os produtos básicos de sua manutenção.

Como testemunhou Teodomiro de Aguiar, após a queda do preço da erva, a vida passou a ser miserável e o comércio praticamente desapareceu:

"Aqui, naquele tempo (Década de 20), nós vivia que nem bicho. A única coisa que vinha no começo até vinte, vinha então os com pradô de erva, tinha aqui movimento. Depois baixou, não havia preço da erva então desmoronou tudo. Aqui não tinha mais jeito quase prá vivê." ²

Como a condição básica para que o título de propriedade fosse definitivo era a efetiva ocupação e exploração da terra, muitas dessas áreas voltaram a ser devolutas, por não terem sido demarcadas e confirmados os seus registros.

A maioria dos donos dessas terras não tinham condições para promover a demarcação, principalmente porque o custo era imputado a quem solicitasse. Aliado a essa razão e em função da miséria em que viviam, grande parte deles vendeu as terras por preços bastante baixos.

Conforme Teodomiro de Aguiar narra em sua entrevista, quando chegaram os compradores de terra, interessados nos pinhais existentes, os colonos vendiam logo as terras, pois nunca tinham visto tanto dinheiro e não sabiam o valor das terras que estavam vendendo, nem do dinheiro que estavam recebendo.

Falando sobre a violência da região de Xanxerê, a partir de 1918, quando foi morar no local, dizia que "... da erva-mate não tinha tanta. Agora o pinhal tinha. Depois começô a vim prá mão dos rico, dos grandes..." ³

Nesta entrevista com Teodomiro de Aguiar percebe-se que os colonos da colônia militar eram pobres e sem capital para promover a exploração das riquezas (o pinhal e a erva). Os "grandes", citados por Teodomiro, provinham do Rio Grande do Sul e exerciam uma pressão muito forte para que esses colonos vendessem a terra ou os pinhais.

Com a venda os colonos procuravam melhorar a sua vida e conseguir o que a terra não lhes dava. A grande maioria deles, porém, continuou na região como peão dos madeireiros que começaram a se ins

(2) Aguiar, cit. p. 12.

talar e que lhes tinham adquirido as terras.

"Eu tinha bastante terra, tinha ganhado, mas me vi obrigado a vender, prá não ter, não havê desastre na família".⁴

Quando falava sobre os donos da terra, o Sr. Teodomiro de Aguiar dizia: "Uma parte tinha que era dos colonos da colônia militar. Elas ganharam a terra. Esses colonos entraram essa colônia durou dezesseis ano... Mas veio depois, mais tarde um pouco, os outros interessados e compravam. Eles não sabiam o que tinham, mesmo não valia nada, porque essa terra tava na mão da pobreza. Aquele que era pobre, que tinha a terra e aí começô a vim preço, então vieram compando".⁵

Mesmo quando não queriam, alguns colonos viam-se obrigados a vender a terra ou o mato, por não terem condições de explorá-los, e, tentados pelas propostas ou por medo dos problemas, muitos deles cediam.

Em entrevista realizada por Maria Aparecida dos Santos, aluna de curso de pós-graduação em História, uma cabocla de 115 anos.D. Maria Gertrudes Pedroso, residente no interior do Município de Xaxim, e que viveu em área concedida pela colônia Militar, fala que os colonizadores, ao chegarem à região, não pediam se o caboclo queria vender a terra, mas afirmavam que eles tinham que vender porque não eram capazes de aproveitá-la e eles precisavam da mesma para vendê-la a colonos que poderiam produzir bastante coisas. Ainda, alegavam que era muita terra para um morador só e que eles deveriam vender para permitir que outro aproveitasse.

"Você tem que vender esse pedaço de terra prá mim. Você tem que vender, ele não disse: você quer vender ou não".⁶

Poucos colonos reunidos por José Bernardino Bormann mantiveram a propriedade de suas terras. Alguns, no entanto, venderam a maior parte dela, ficando com uma pequena parte que lhes permitisse a sobrevivência.

O afastamento desse colono caboclo de sua terra, demonstrou que alguma coisa não deu certo na formação da colônia militar. Realmente, eles possuíam poucas condições para a formação de lavouras capazes de produzir os excedentes que os colonizadores tanto queriam. As razões para essa incapacidade podem ser diversas: no início, não havia comércio para o produto da roça e, a erva-mate, abundante em suas terras, era muito procurada; com a queda da mesma, a volta ao trabalho na lavoura não aconteceu; a não ser para produzir o mínimo necessário para a sobrevivência. Em função da falta de recursos, da falta de força e por ser mais urgente conseguir algum dinheiro preferiam trabalhar como peões de algum madeireiro ou de outro colono.

(4) Aguiar, cit. p.14.

(5) Idem, p.13.

(6) Entrevista realizada com Maria Gertrudes Pedroso, por Maria Aparecida dos Santos, em 03 de março de 1987, depositada no CEOM/FUNDESTE.

Vendendo a sua terra, passaram a transitar como posseiros nas áreas em que ocupavam. Quando a quase totalidade deles se tornou posseiro, o seu relacionamento com a terra e com seus vizinhos posseiros adquiria características muito particulares.

"... cada um que não era proprietário, fazia uma divisa, um respeitava o outro, compreende o senhor né. Intão o senhor ficava trabalhando, dentro do que lhe pertencia, e o outro também".⁷

Nota-se que a comunidade de posseiros caboclos procurava definir as suas próprias divisas, através das picadas, e cada posseiro respeitava essas divisas.

"Nós plantava bastante milho prá tratá a criação porque o comércio não tinha, não tinha estrada, feijão prá comê e justamente, o finado pai criava animal e tinha um vizinho que tinha um burro especial. Botava em produção as éguas né, prá produzir, nós tinha vaca de leite, e o porco criava bem né, mas tinha que cumê porque não tinha exportação, não tinha estrada".⁸

É a roça cabocla, produzindo alimentos (milho, feijão, arroz, batata, mandioca, batatinha), além dos animais necessários para a sua manutenção e transporte (porco, vacas, mulas), mas sempre para o consumo próprio, porque não tinha comércio, e nem estradas. A mula, resultante do cruzamento do jumento com a égua, pela sua grande resistência, era o animal preferido, tanto como montaria como para transporte, através de cargueiros.

Em todo o Oeste, o caboclo, raramente consegue se manter como proprietário. Por isso, forma, em quase toda a área, a mão de obra assalariada das indústrias madeireiras.

Muitos deles foram se interiorizando, à procura de uma terra que ainda não estivesse sob o controle de algum madeireiro ou colonizador, que pudesse ocupar sem que ninguém o perturbasse. Na realidade, o colono da Colônia Militar veio se somar aos cortadores de erva da região, para a formação de uma população de despossuídos que gravitavam ao redor das grandes empresas exploradoras de madeira ou colonizadoras.

A partir das últimas décadas do século passado, durante a existência da Colônia Militar, aparece na região oeste catarinense e sudoeste do Paraná, o luso-gaúcho, trazido principalmente em função da Revolução Federalista de 1893.

José Bernardino Bormann, comandante da Colônia, não fez restrição à sua penetração, em função da necessidade de povoamento da região, e pelas possibilidades de formação de povoações que representavam. (Wachowicz, 1985).

(7) Entrevista realizada com Marcílio Teixeira Sobrinho, por Jaci Poli, em 18 de janeiro de 1987, depositada no CEOM/FUNDESTE, p.28.

(8) Teixeira Sobrinho, cit. p.07.

A APROPRIAÇÃO DA TERRA E O AFASTAMENTO DO CABOCLO

Na maioria das áreas do povoamento no Oeste Catarinense do início do século, e, mesmo em ocupações anteriores, a melhor forma encontrada para conseguir acesso à terra era o intrusamento ou posse.

A propriedade da terra era difícil de ser conseguida, principalmente pela dificuldade burocrática, e poucos tinham condições culturais para o conhecimento dessa estrutura.

O caboclo não teve muitas condições para se escolarizar sendo normalmente analfabeto. Sua filosofia de vida era contrastante com a filosofia capitalista.

Rui Wachowicz (1985) referindo-se à ocupação e colonização do sudoeste do Paraná, coloca que a população pobre, para conseguir terra, tinha que tomar posse. Na região de campos, a presença desses posseiros era tolerada pelos ricos fazendeiros e donos de sesmarias pelas seguintes razões:

- Como as sesmarias e fazendas só produziam para exportação, esses posseiros eram praticamente os únicos fornecedores de alimentos básicos produzidos em suas roças caboclas.

- Com o tropeirismo, os posseiros, que se instalavam ao longo dos caminhos, eram importantes para o abastecimento das tropas.

- Por ser pobre, o posseiro abria suas roças na mata e começava a produzir alimentos essenciais sem onerar os cofres públicos.

- O posseiro, geralmente, localizava-se na "frente da frente" de colonização. Com o seu desbravamento, facilitava e barateava a instalação de propriedades e colonizações.

- A existência dessa "frente da frente" canalizava os indivíduos mais incômodos e turbulentos para fora das regiões mais tradicionais de colonização, aliviando as tensões.

- O sistema de posses era itinerante e nunca definitivo. Com a chegada dos agricultores, esses posseiros eram desalojados por compra da posse ou expulsão. (Wachowicz, 1985).

Percebe-se uma similaridade muito grande da situação anterior com a situação dos habitantes do antigo Chapecó e mesmo com a dos caboclos da área do contestado, assim descrita por Marli Auras (1984, p. 30):

"Aos que não tiveram a ventura de pertencer a esse privilegiado grupo, (proprietário), restava, ainda, o acesso às terras mais distantes, ou o uso daqueles pedaços não próprios para a prática pastoril".

Com a instituição da propriedade privada e com as concessões das grandes áreas a quem tivesse prestígio político, os habi-

tantes delas passaram a ser empurrados para terras mais distantes, onde não havia a colonização ou reclamação da terra pelos proprietários, ou, então, permaneciam em lugares onde as terras não se prestavam à exploração pecuária ou para às atividades agrícolas mais racionalizadas.

Também retratando a precária condição do caboclo oestino, o depoimento de Breves (apud Conselho Indigenista Missionário, 1984, p. 55) deixa entrever claramente o choque de interesses entre a classe dominante, que ele mesmo representava, e os caboclos, quando registra:

"Havia entre os caboclos de Chapecó, a respeito das terras, uma falsa concepção do que era posse: eles confundiam intrusamento com posse..."

As áreas devolutas, de propriedade do Estado, eram as preferidas pelos posseiros para sua ocupação e posse.

O governo imperial, o republicano, bem como os provinciais e posteriormente os estaduais, optaram claramente pela colonização de origem estrangeira. Com isso tornou-se prioritária a formação de frentes de colonização. No Oeste de Santa Catarina, o surto colonizador foi se acentuando, principalmente após a solução da questão de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná, em 1916. Essa nova frente agrícola tinha como principais núcleos incentivadores as colônias instaladas no Norte do Rio Grande do Sul, compostas por descendentes de imigrantes, principalmente italianos.

"O que vai ocorrer, então, no Oeste Catarinense, é a expulsão sistemática dos caboclos de suas terras, para dar lugar à entrada dos imigrantes e descendentes (esses vindos do Rio Grande do Sul) que recebiam das colonizadoras títulos da terra adquirida". (CIMI, 1984, p.55).

A penetração do caboclo para o interior foi ocorrendo paulatinamente, sempre fugindo à penetração da colonização e à institucionalização da propriedade privada da terra. O caboclo, normalmente, se via rejeitado pelas novas comunidades de colonos proprietários das terras que ocupavam.

"Olha, diretamente, quando compravam, que eles não tinham condição, então eles entravam mais mato a dentro, compendi? Pegava a família dele, fazia um pique, arrumava um lugar bom, de terra boa, porque terra boa essa região é, né, intão é... uma água boa. E o home entrava lá com a familinha dele, trabalhá, né, vivê a vida".⁹

Normalmente, nas colonizações mais recentes, os colonizadores usavam a estratégia de dar, ao caboclo ocupante, a oportunidade de adquirir a área onde era posseiro, sempre com a certeza de que o caboclo não teria dinheiro para pa-

(9) Teixeira Sobrinho, cit. p.31.

gar a terra. Pela forma de assédio, o caboclo obrigava-se a abandonar aquele seu sítio e entrar no mato adentro em busca de um lugar para construir sua tosca casinha e produzir os alimentos para sua so brevivência, o que Marli Auras denomina de "Mínimos Vitais".

A colonização das áreas, através da venda de terras a colonos, institucionalizou a expulsão dos caboclos posseiros, que passaram a ser chamados de intrusos. Em todos os lugares, sempre houve in trusos que precisavam ser afastados para que os colonos pudessem ocu par a área e produzir.

"A formulação capitalista fundamentada na propriedade da terra, fez com que o caboclo não conseguisse conviver com a colonização patrocinada pelas companhias colonizadoras. Simplesmente pelo fato do caboclo não se preocupar com a acumulação de bens, não tinha dinheiro suficiente para adquirir uma propriedade" (Poli, 1987, p.3)

Como o caboclo não produzia excedentes, nunca conseguia dinheiro suficiente para comprar uma propriedade e construir uma casa mais confortável. Para Wenceslau de Souza Breves:

"Cedo ficou evidente que, também,...,os caboclos em geral não pensavam em ser proprietários. O ideal para eles, seria continuar intrusos. Isso lhes dava várias vantagens: não pagariam impostos, não se sentiriam na obrigação de fazer uma boa casa ou uma boa roça, visto ali estarem provisoriamente e terem facilidade de se mudar quando quizessem, coisa muito ao gosto deles". (Breves, 1985, p. 32)

Mas, o caboclo não vivia somente na sua roça. A caça e a pes ca foram fundamentais na formação da dieta alimentar do caboclo.

- "Depois, era um lugar de muita caça, tinha muito garnero chupador de anta, né".¹⁰

"Bueno, quá comida era fácil, né. Nós ia caçá, isso ali, até propriamente a gente tendo carne, né. I nós prantava mandioca, arrois, bata ta doce, milho a vontade... porque caça era uma coisa terivle... o senhor descia ali no riozinho Saudade, de tardinha, mas se o senhor ficava sentado uma hora ali com uma latinha de minhoca, des sa tarairazinha burdoguida, o senhor fazia vara da".¹¹

Pela forma como coloca o caboclo, a roça produzia a comple mentação ao alimento coletado, à caça e à pesca. Para ele, que pene-

(10) Teixeira Sobrinho, cit. p.12.

(11) Idem, p.15.

trava os sertões para morar, a alimentação era uma preocupação muito pequena.

"A transformação da terra em bem de produção acarretou a institucionalização da propriedade privada, em detrimento da simples ocupação ou posse" (Auras, 1984, p.41).

A aceleração desse processo de titulação de terras provocou desequilíbrio na estrutura populacional, ao mesmo tempo que as relações de dominação se alteraram profundamente.

A partir da exploração da erva-mate e do início do ciclo da madeira, a terra passou a ser cobiçada e comprada, tomada ou ganha pelas companhias colonizadoras que, quase sempre, foram as mesmas que exploravam a madeira.

A retirada da riqueza natural, permitia a penetração do agricultor, oriundo, principalmente, do Rio Grande do Sul, pelos caminhos da extração da madeira. Em todo o Oeste houve um surto de desenvolvimento que influenciou uma grande massa de empresários e colonos a aplicarem seus recursos na aquisição de terras.

A propriedade da terra, e a exploração da madeira, seguida de uma agricultura voltada para a produção de excedentes, provocou a exacerbação do conflito contra o posseiro, chamado de intruso.

Assim o contingente de caboclos foi diminuindo cada vez mais em função da penetração implacável da colonização, com a propriedade privada da terra, o estabelecimento de divisas e a produção de excedentes.

Em função de sua filosofia de vida, contrária a esse processo de apropriação e acumulação, o caboclo foi esquecido e sua passagem é, para muitos municípios, um demérito ou algo a esconder.

A COLONIZAÇÃO

A concessão de áreas de terra foi feita aos que dominavam política e economicamente a região, e que tinham prestígio suficiente para influenciar essas concessões.

Observa-se, que os favorecidos com as concessões dos governos estaduais tanto no Paraná como em Santa Catarina, sempre foram aqueles que tinham condições econômicas para promoverem a sua exploração. Nunca foram feitas concessões de tamanho pequeno, e sim, de áreas, normalmente, tão grandes que atualmente perfazem o território de vários municípios.

Com a solução da questão do Contestado (1916), a criação de municípios foi a primeira providência que o Estado de Santa Catarina tomou para confirmar sua posse sobre o território incorporado.

Pela Lei nº 1.147 de 25 de agosto de 1917, o governador do Es

tado, Felipe Schmidt cria os municípios de Mafra, Cruzeiro, Porto União e Chapecó, este último com sede em Passo Bormann. A maior preocupação em Santa Catarina era integrar à sua economia essa região, que, até aquela época ainda, praticamente não possuía ligações com o restante do estado. (Santos, 1977).

Para se ter uma idéia do afastamento do Oeste em relação a Santa Catarina é só observar o fato de que o primeiro Governador catarinense a visitar esta região foi Adolfo Konder em 1929, muito tempo depois de ter sido conquistada aos paranaense.

Para que a ação estadual sobre a região pudesse ser mais efetiva, era necessário introduzir um processo de colonização, capaz de promover o povoamento e o desenvolvimento da área. Começa, então, a fazer concessões de terras a empresas e pessoas que tivessem condições de atingir esse objetivo.

Ao mesmo tempo, emitia uma ordem para que as concessões feitas pelo estado do Paraná fossem confirmadas e registradas no prazo de dois anos. Nessa Lei, de nº 1.181, de 04 de outubro de 1917, o governador emitia a seguinte ordem:

"Art. 1º- Todos os possuidores de terras com títulos expedidos pelo Estado do Paraná ficam obrigados a registrá-los no prazo de dois anos, a contar de 1º de janeiro de 1918.

Art. 2º- O registro deverá ser feito na Diretoria de Terras da Secretaria Geral, mediante despacho do Governador, a quem os interessados dirigirão os requerimentos, por intermédio das agências de Terras.

§ Único - Os requerimentos devem ser instruídos com o título, planta, memorial e mais documentos necessários para verificação da veracidade da concessão, da área, limites e situação dos terrenos.

Art. 3º- Sempre que houver qualquer dúvida relativa aos limites, confrontações e área do terreno, se procederá a uma verificação técnica, correndo as despesas por conta do requerente, quando provada qualquer inexatidão do que alega ou documenta". (apud Piazza, 1982).

Pelo texto acima referenciado observa-se que haveria necessidade de um grande nível cultural para poder, realmente, cumprir a exigência legal da regularização do registro, que precisava ser instruído com processos completos.

Sem dúvida, os beneficiados desta Lei foram aqueles que pos-

suiam grandes concessões, enquanto que os outros veriam, suas terras sendo consideradas devolutas e fazendo parte de novas concessões, como ocorreu com parte das terras concedidas pela Colônia Militar de Chapecó.

Embora, à época de criação do Município de Chapecó houvesse poucos proprietários de terras, sendo que a maioria deles possuíam grandes áreas, já existia grande quantidade de caboclos habitando a região com direito a possuírem a terra que exploravam, pela morada fixa de muitos anos e por comprovarem, pelas roças, que habitavam ali o tempo necessário para legalizar a propriedade. O artigo 2º da Lei acima previa instrução do processo com títulos e documentos necessários para comprovar a concessão. Para quem quisesse requerer a legalização de posse, tornava-se mais difícil o processo. O que mais pesava na regularização das posses era o pagamento das despesas de medição, necessária por não haver limites definidos.

A partir da regularização das posses antigas, o Governo Estadual começa a fazer concessões às colonizadoras, concentrando-as a partir do ano 1919, que marca, também, o início da organização das primeiras empresas de colonização.

Ao mesmo tempo, as frentes agrícolas vão se avolumando e diversificando e as pequenas cidades vão tomando corpo. O Oeste começa a despontar por sua grande produção agrícola e pecuária.

A industrialização dos produtos agrícolas começa a diversificar as atividades. Os frigoríficos espalham-se pela região, começando, principalmente por Chapecó, que se torna o principal pólo do desenvolvimento.

A evolução da agroindústria se deu a partir do aumento da produção, pelas facilidades encontradas na comercialização. Os moinhos, as serrarias e os frigoríficos vão formando a nova realidade regional.

A ação das colonizadoras, atuando, principalmente, em função de uma colonização fundamentada na propriedade da terra e com elementos de origem italiana e alemão, do ponto de vista econômico, foi efetivamente um sucesso.

COLONIZADORAS QUE ATUARAM NA REGIÃO

Para um estudo mais detalhado a respeito das colonizadoras do antigo Chapecó, destacam-se os levantamentos efetuadas pelos professores Piazza (1982) e Martorano (1982/3).

Com base nos autores acima citados, dar-se-á a relação sucinta das principais colonizadoras que atuaram na região, e que, em úl-

tima instância, representaram o fundamento de toda a penetração populacional, sendo, inclusive, responsáveis pela exploração da madeira em grande parte dessas áreas:

BRAZIL DEVELOPMENT & COLONIZATION COMPANY

A Brasil Railway Company construiu a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, no trecho de Porto União a Marcelino Ramos. Era administrada por Percival Farquhar. Recebeu como concessão, quinze quilômetros de terras de cada lado da estrada, não importando as propriedades e concessões antes existentes. Para explorar as terras e colonizá-las, formou uma subsidiária chamada de Brazil Development & Colonization Company, com sede em Portland, nos Estados Unidos, autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto Nº 9.442, de 13.03.1912.

PEPERI-GUAÇU

Localizada no extremo oeste do Estado, margeando o rio do mesmo nome, concedida em 1929 à Empresa Chapecó-Peperi Ltda.

XAPECÓ

Colonizada, mais tarde, pela Empresa Bertaso, Maia e Cia.

CAPETINGA

Concedida a Bley e Maia, de Nicolau Bley Neto e José Luiz Maia.

RIO SAUDADE

Concedida a Ernesto Francisco Bertaso e Manoel Passos Maia.

BERTASO MAIA E CIA

Constituída em 18.09.1918, em Passo Fundo (RS), com os seguintes sócios: Agilberto Maia, Manoel dos Passos Maia e Ernesto Francisco Bertaso. Durou até 21.11.1923.

Das áreas colonizadas por esta empresa originaram-se os Municípios de Chapecó, Xaxim, Coronel Freitas, Quilombo, São Lourenço do Oeste e Campo Erê.

EMPRESA CHAPECÓ-PEPERI LTDA

Constituída por empresários de Carazinho (RS). Em 1921 fundou a povoação de Porto Feliz de Mondahy. A principal atividade desenvolvida na colônia era a extração da madeira e seu comércio através do Rio Uruguai com a Argentina.

SOCIEDADE VOLKSVERETH (Sociedade Para os Católicos de Língua Alemã)

A sociedade foi organizada em 1912, no Rio Grande do Sul, foi responsável pela colonização de Palmitos e em 10.04.1926 pela fundação de Porto Novo. Em 1929 esse último local foi denominado de Itapiranga pelo governador Adolpho Konder. (Martorano, 1982/3).

EMPRESA CONSTRUTORA E COLONIZADORA OESTE CATARINENSE LTDA

José Rupp constrói a estrada de Cruzeiro (atual Joaçaba) a Passo Bormann em troca de terras. Depois, transferiu seus direitos à Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda. Possuía as

seguintes concessões:

- Rio Uruguai;
- Chapecó e Antas (duas áreas).

CIA TERRITORIAL SUL BRASIL

Formada em 23.05.1925, e transformada em sociedade anônima em 01.06.1926.

Recebeu todas as concessões da Empresa Construtora Oeste Catarinense Ltda, constando:

- Rio Uruguai e
- Chapecó e Antas com duas áreas.

Em 1934 conseguiu mais uma concessão: a Fazenda Mundo Novo, em Campo Erê.

Em 1930 já tinha formado as povoações de Cascalho, Passarinhos, Palmitos, São Carlos, Ilha Redonda e Iracema.

Foi a empresa que vendeu a área inicial para a colonização da sede do município de Modelo a João Muxfeld, e que revendeu, através dos seus representantes, todo o restante da área do município de Modelo. (Piazza, 1982).

EMPRESA COLONIZADORA LUCE & ROSA E CIA LTDA

Foi constituída em 1910, em Porto Alegre, efetuou o primeiro projeto de colonização na área do contestado.

Conseguiu uma área de 38.000 has de terras contínuas. Atinge, hoje, o município de Itá, e partes de Concórdia, Seara e Chapecó.

PINHO TERRAS LTDA

Administrada por Dal Magro, foi responsável pela colonização de Anchieta.

IRMÃOS PANDOLFI

Adquiriu da empresa Bertaso Maia e Cia a secção Burro Branco, desmembrada da Fazenda Chapecó.

ANTONIO FIORINI

Adquiriu da Empresa Bertaso Maia e Cia a secção Santo Antonio, desmembrada da Fazenda Chapecó.

EMPRESA COLONIZADORA IRMÃOS HEINARD

Atuou em Xanxerê e Xaxim, participando da colonização da fazenda Rodeio Bonito.

EMPRESA COLONIZADORA IRMÃOS LUNARDI

Atuou em Xaxim. Recebeu para colonização a Fazenda Rodeio Bonito da Empresa Bertaso Maia e Cia. Entre as terras colonizadas haviam terras pertencentes à Colônia Militar.

BARTH, BENETTI E CIA LTDA

A firma tinha sede em Caxias do Sul. Era madeireira e colonizadora.

Formou a base do município de São Miguel D'Oeste.

EMPRESA BARTH, ANONI E CIA LTDA

Empresa que atuou em Guaraciaba, foi uma das grandes exportadoras de madeira para a Argentina, através do Rio Uruguai.

A POPULAÇÃO EXISTENTE À ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO

Por volta de 1920, segundo a descrição de Breves (1985) o município de Chapecó era habitado, principalmente, em Xanxerê, Passo Bormann, distrito de Abelardo Luz, nos ervais da fronteira com o Paraná, em Campo Erê e Barracão. A população, conforme o mesmo autor, era formada quase toda por caboclos, ou melhor, brasileiros da "velha estirpe". No relato que faz os coloca como descendentes de indígenas (embora bastante distantes), ao passo que os elementos de outras origens eram pouco presentes: alguns italianos, alemães e poucos sírios. Pretos eram raríssimos.

A população se espalhava por outras localidades, como Passo dos Índios (atual Chapecó), Fachinal do Tigre, Goio-En, embora pouco numerosa.

Este quadro mudará com a implantação dos primeiros projetos colonizadores. Além da ação destas, deve ser reconhecida também a importância da indústria madeireira na introdução de elementos de diferentes origens, destacando-se o Rio Uruguai, como elemento básico de comunicação e transporte.

Poder-se-ia caracterizar da seguinte forma a população existente à época do início da colonização:

a) Indígenas: A área era tradicionalmente ocupada pelos índios Kaingang que tinham seus núcleos em todo o interior. As marcas de sua passagem são muitas. Desde a formação das colônias, nos Campos de Palmas, até a construção da estrada para Missões e Corrientes, esteve presente a mão-de-obra indígena, representada pelo índio Vitorino Condá, que comandava muitos Kaingang. Estes índios, desde que chegaram os portugueses, ou melhor, os brasileiros (paulistas, principalmente) para ocupar os Campos de Guarapuava e Palmas, começaram a ser expulsos, quer pela ação violenta dos novos ocupantes das terras quer pela aversão que os índios tinham aos recém-chegados, que possuíam princípios muito diferentes dos seus.

b) Os caboclos: formavam a grande maioria da população. Sua origem, é bastante confusa pois, como viu-se ao longo deste estudo, não há determinante básico que tenha fundamentado à vinda de todos eles.

Supõem-se, pois, que esses primeiros habitantes tenham chegado à região através da busca da erva-mate, que foi explorada desde o

início do século XIX.

"A colonização do Oeste levou para a região o sistema de competição e de busca do lucro. Não interessava que os sertanejos haviam sido responsáveis pelo desbravamento inicial da região. A preocupação agora era explorar os recursos florestais; era cultivar o solo agressivamente." (Santos, 1977, p.106).

Por essa situação de vida, os caboclos começaram a alimentar muita aversão aos colonizadores de origem, pelo fato de serem os promotores dessa nova situação e por serem, normalmente, os que lhes impunham a condição de intrusamento..

Em muitos casos, como conta, o já citado medidor de terras Breves (1985), os proprietários eram impedidos de explorarem as suas terras porque os caboclos os impediam de ter acesso. As reações dos caboclos, porém, foram muito esparsas, sem constituir um movimento generalizado de revolta. A maioria deles, respeitava muito esses colonizadores e madeireiros, por serem mais instruídos e por terem condições de lhes dar algum dinheiro em troca de seu trabalho.

Os brasileiros, que habitavam as áreas concedidas as colonizadoras, perderam completamente os seus direitos de ocupação. A especulação imobiliária e a penetração dos imigrantes irá se acentuar cada vez mais, até atingir todo o espaço regional.

c) Os colonizadores: No Oeste Catarinense, as velhas colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul foram fundamentais para a ocupação das terras. Praticamente todas as empresas colonizadoras tiveram origem no Estado do Rio Grande do Sul, e já foram formadas com a finalidade de colonizar áreas e explorar a madeira. Pela sua origem, conseguiram uma eficiente forma de propaganda nos locais mais populosos e, principalmente, onde as comunidades eram formadas predominantemente por agricultores. Aos donos de muitas empresas de colonização interessou promover a vinda de pessoas de mesma origem étnica.

Um exemplo claro dessa preferência por elementos de mesma origem étnica é Itapiranga, onde praticamente só foram morar pessoas de origem alemã e quase só católicos. Em Mondai, o exemplo é similar com a variante de que a religião desses imigrantes não era a católica.

Os colonos que vieram para a região Oeste eram predominantemente italianos e alemães, ou de origem alemã ou italiana. Formaram uma nova camada populacional que tinha como características fundamentais a busca da propriedade da terra, a realização de lavouras para a produção de excedentes para a comercialização, e a formação de

indústrias diversas, como moinhos, serrarias, bem como a instalação de pequenos comércios.

Basicamente, em todas as comunidades que vinham sendo formadas, surgiam as mais diversas atividades, visando dar todas as condições para que seus novos habitantes pudessem ter relativo conforto. Como pontos de atração para os colonos, eram construídas estradas, facilitando as aquisições das terras e, muitas vezes, até financiadas as despesas de transporte.

A indústria madeireira desenvolveu-se muito na medida em que os colonos foram se instalando, pois as terras eram desbravadas e a madeira vendida. O baixo preço era compensado pela abundância do produto comercializado.

Em outros locais, as colonizadoras exploravam as madeiras mais nobres e vendiam as terras aos colonos. Foram surgindo diversas serrarias em todas as comunidades, com uma intensiva atividade de derrubada e comercialização do produto.

QUEM FOI O CABOCLO

O caboclo sempre teve sua vida à margem da sociedade, servindo de mão-de-obra a fazendeiros, ervateiros e madeireiros.

Embora representassem a maioria da população, sempre foram despossuídos. Raramente conseguiam obter a propriedade de uma pequena área de terra, onde pudessem manter-se com suas pequenas roças caboclas.

Internar-se demasiadamente pelo sertão acarretaria enormes dificuldades para a consecução de manufaturados básicos, como o sal, pimenta, querosene, temperos, etc. Era necessário conseguir munição para a caça, fonte básica de alimentação. Embora Breves (1985) tivesse afirmado, que os caboclos raramente comiam carne, a não ser em churrascos, o depoimento de diversos caboclos que viveram no interior contradizem esta informação, visto também a facilidade que tinham em conseguir uma dieta fundamentada na carne.

Na medida em que a colonização chegava, o caboclo ia internando-se cada vez mais, formando o que antes definiu-se como a "frente da frente" de colonização, em busca de um local onde pudesse viver em paz.

Permanecer em sua região poderia significar o despejo, ou a miséria, pelos baixos salários ou pelo pagamento inadequado aos trabalhos por ele realizados.

Rui Wachowicz (1985), quando fala dos caboclos, faz algumas considerações muito importantes:

- para ser considerado ou classificado como caboclo precisava apenas ter sido criado no sertão, ter hábitos e comportamento de sertanejo e pele de cor mais o menos escura;

- a grande maioria dos caboclos era o que se poderia classificar de pobres, possuíam 5, 6 ou, no máximo 8 alqueires de posse;

- viviam em ranchinhos de pequenos troncos cobertos com folhas de bambu. Muitos cobriam com taboinhas lascadas, normalmente de pinheiro por serem mais fáceis de rachar. O assoalho só apareceu depois da instalação das serrarias pois, até a década de trinta, a grande maioria era de chão batido;

- geralmente possuíam cavalo encilhado, roupa para vestir nos domingos (domingueira), duas pistolas e facão.

Por outra parte, o Senhor Teodomiro de Aguiar e Silva, assim descreve o caboclo:

- "A maioria era português. Tudo gente boa. Veio do Rio Grande e outra parte do Paraná. Tinha (caboclo), tinha bastante. E uma parte bugre, que era mestiço também. Tinha muito mestiço aqui".¹²

Essa fala refere-se à região de Xanxerê e permitem deduzir a presença dos seguintes elementos:

- o branco de origem portuguesa, chamado pelo entrevistado de português;

- o caboclo, normalmente luso-brasileiro, de cor morena, chamado de "negro" pelos colonizadores.

- O mestiço que representava os descendente de índios, cruzados com o caboclo ou com o branco;

- O bugre que era indígena, ou, pelo menos, de origem indígena.

Esses elementos formadores de Xanxerê são, também, os formadores das populações de muitas outras comunidades do interior.

Conceituar o caboclo, realmente, é uma tarefa bastante difícil. Os autores que definem ou tentam definir, esforçam-se em determinar suas origens étnicas, buscando raças básicas que o formaram. De tal sorte que, alguns autores, contentam-se em defini-lo como resultante da miscigenação do branco com o índio. Outros colocam-no como cafuso, mameluco ou mulato.

Na realidade, o caboclo do Oeste não é simplesmente originário de cruzamento racial puro, mas do cruzamento de indivíduos já miscigenados.

O mais importante é saber que a conceituação de caboclo é muito mais social e econômica do que racial.

Conforme Wenceslau de Souza Breves, (1985), são brasileiros antigos, de origem indefinida, isto é, a maioria da população da época (1920-1924) que se dedicava à pequena agricultura ou era assalada

(12) Teixeira Sobrinho, cit. p.15.

riado.

Se melhorasse a sua condição de vida, tornando-se proprietário, comerciante, ou pequeno industrial, deixava de ser chamado de caboclo, (Breves, 1985). Esta é uma realidade que se constata em diversos locais, onde caboclos que conseguiram alguma forma de enriquecimento passaram a denominar-se portugueses ou brasileiros, e não mais admitiam a denominação de caboclos.

Além disso, alguns filhos de caboclos que tiveram acesso à instrução e que conseguiram completar estudos de mais alto grau também deixaram de denominar-se dessa forma.

Basicamente pois, o caboclo é conceituado como luso-brasileiro, e sua condição fundamental de reconhecimento é ser pobre e viver toscamente.

CABOCLO VERSUS COLONIZADOR

O relacionamento com o colonizador, no início, sempre foi bastante complicado, principalmente quando envolvia a necessidade de desocupar sua posse para dar lugar ao novo proprietário. O imigrante que adquiria a terra era chamado de "gringo", expressão que mais tarde veio denominar apenas o descendente de italianos. A forma mais generalizada de denominação não depreciativa era "de origem".

A rivalidade inicial ia, normalmente, cedendo lugar a uma amizade bastante firme, embora fosse mesclada com alguma dose de desconfiança, e permanecendo sempre a situação de superioridade do elemento "de origem". (Wachowicz, 1985).

Os casamentos entre os caboclos e os "de origem" foram ocorrendo paulatinamente, de forma bastante vagarosa vencendo, pouco a pouco, o preconceito entre os elementos.

A maior diferença existente entre o caboclo e os "de origem" é a diferença cultural, e muitas famílias, de descendentes de italianos ou alemães, até hoje não admitem que seus filhos e filhas casem com elementos caboclos. As razões são diversas, mas podem-se alinhar algumas:

- o caboclo é considerado inferior, por não trabalhar da mesma forma que eles e por ser normalmente pobre;
- é, considerado arruaceiro ou de pouca confiança, na medida que se ouvem expressões como: "parece gente branca de tão bom que é";
- quase sempre as pessoas, principalmente no comércio, impõem diversas dificuldades para vender a crédito para pessoas morenas, consideradas caboclos.

O preconceito contra o caboclo, também existe ao inverso, is

to é, o caboclo tem desconfianças em relação aos "de origem":

- Marcílio Teixeira Sobrinho numa de suas expressões quando falava de um elemento de origem italiana disse que o mesmo "era gringo, mas um homem muito bom". (13)

Por isso, se percebe que os laços de amizade entre os dois segmentos podem existir, mas raramente eliminam as desconfianças mútuas e as diferenças. De tal forma que para dizer que um indivíduo do outro segmento é bom, utilizam-se de virtudes comparativas ao seu próprio segmento.

Do ponto de vista ante a posse e o uso da terra, os caboclos dividem-se em:

- Agregados: "Nas grandes propriedades havia os agregados que ali residiam com suas famílias. Arrebanhar os animais, criados soltos ... consistia o dia-a-dia desses homens. As chances de ascensão econômico-social do agregado eram praticamente nulas." (Auras, 1984, p. 28)

Nas fazendas de criação de gado, a função do agregado era arrebanhar o gado criado solto, mas no Oeste catarinense o agregado mudou sua conceituação básica. Passou a ser um agricultor que trabalha terras de terceiros, por arrendamento ou parceria, que, normalmente, mora em algum canto da propriedade, e que paga ao dono da propriedade parte de sua produção, que pode chegar de 30% a 50%. Atualmente, esses agregados são considerados perigosos em função da possibilidade de utilizar-se do direito do usucapião. Por isso, os proprietários das terras utilizam-se de diversas estratégias para evitar essa possibilidade. Alguns só deixam que o agregado more no local, no máximo, três anos, ou, como observado em propriedades mais amplas, o agregado é obrigado a mudar-se de um local para outro, dentro da propriedade, praticamente a todo ano.

- Posseiros: "Homens sem terra construíam suas toscas moradias em áreas devolutas e tinham na coleta da erva-mate seu principal ganha-pão. (ibidem).

Marli Auras continua, dizendo que vendiam essa erva na bodega mais próxima para conseguir os víveres necessários para sua sobrevivência (principalmente manufaturados).

Em algumas regiões, principalmente nas fazendas de criação, a presença dos posseiros era inicialmente vista com certa simpatia por fornecerem alimentos básicos para as fazendas. Isso, principalmente, pelo preconceito que se formou contra a atividade agrícola. Era de muito maior "Status" trabalhar como peão de estância ou condutor de tropas do que ser agricultor. (Wachowicz, 1985)

Com algumas exceções, como Itapiranga e São Carlos, a grande maioria dos municípios teve seu início através da ocupação do posseiro, antes da colonização das áreas.

(13) Teixeira Sobrinho, cit. p.25.

Quando as concessões generalizaram-se em toda a região, o posseiro passou a ocupar terras cujos donos eram as Grandes Companhias Colonizadoras. Em Campo Erê, os posseiros ocuparam uma extensa área da Companhia Territorial Sul Brasil, bem como em Modelo. Para esses caboclos, havia a constante preocupação com a possibilidade de expulsão. Principalmente depois que as Companhias começaram a vender glebas para imigrantes com intenção de explorar a madeira e promover a colonização. A maioria das colonizadoras, quando recebeu a concessão, comprometeu-se a colonizar as áreas em determinado prazo e isto fez com que vendessem as partes das suas concessões que não podiam mais explorar ou que teriam maiores dificuldades para comercializar.

Com o avançar dos anos, o processo de expansão tornou-se cada vez mais violento em função da grande valorização das terras e da madeira nelas existentes. Se o posseiro residia em área devoluta em que havia erva-mate, só poderia colhê-la e trocá-la por um pagamento ínfimo, para conseguir dinheiro e comprar alimentos para sua família. E, o comprador desta era geralmente o dono de bodega. Para o posseiro, a erva-mate só tinha valor na medida que houvesse esse comprador a quem entregar a colheita.

A constatação da situação de pobreza, medida pelo próprio caboclo, em confronto com a exploração exercida pelo fazendeiro, dá certeza de que ele sentia a sua situação de miséria e que o grande dono, era também dono de suas vidas. A afirmação de que muitos eram bons, demonstra que o relacionamento era, de certa forma, amenizado pelo "compadrio" que provocava o aquietamento da revolta do posseiro pela dependência para sobreviver. Normalmente, a nível de Paraná:

"O caboclo não resistia a uma proposta de compra de sua posse. Era só o colono, vindo do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, fazer uma proposta e, o negócio se concretizava. Duas são as razões que faziam com que os caboclos se desfizessem de suas posses no Sudoeste:

a) o pleno conhecimento de que sem escritura a terra não era dele. Portanto, o controle através de posse era instável e inseguro. A lembrança do ocorrido no ex-Contestado, quando os posseiros foram expulsos pela polícia particular da Brazil Railway Co., estava presente.

b) a impossibilidade de convivência do seu sistema de criação de porcos, soltos na plantação de milho, com o da agricultura intensiva praticada pelos colonos sulistas." (Wachowicz, 1985, p.86)

O pleno conhecimento de que não possuíam condições de questionar a propriedade de quem possuía documentação, fez do caboclo um re-

tirante. Sua pequena roça, sua pequena criação e sua casa tosca, normalmente facilitavam a retirada. Não só no Sudoeste paranaense, mas também no Oeste catarinense essa realidade esteve presente. Breves, citado anteriormente, como representante da Comissão de terras, tinha o conceito de que o caboclo preferia ser posseiro fica prejudicada na sua validade em função de sua ligação com o sistema de concessões e com o sistema de vendas das terras e suas titulações, em que o caboclo normalmente esbarrava para conseguir seu pedaço de terra.

- Os Peões: "Eram ... homens da inteira confiança do Coronel, estando sempre à sua disposição, como uma espécie de força paramilitar, prontos para agir, nas ocasiões em que a situação exigia defesa." (Auras, 1984 p.28)

O peão da fazenda tinha essa função mas, se observarmos a evolução de sua definição perceberemos que houve uma alteração profunda em sua atividade. Na medida em que o capitalismo evolui e que a exploração madeireira começa a se expandir, o peão passou a ser aquele que desempenhava os trabalhos de cortador, arrastador e serrador da madeira, além de ser o balseiro a conduzi-la pelo Rio Uruguai. Esses peões poderiam se temporários ou fixos, ou, mesmo, de funções avulsas, isto é, para trabalhos eventuais. Os balseiros, principalmente tinham funções apenas temporárias, sendo chamados na medida em que as águas subiam e atingiam o nível para o transporte da madeira através de balsas. Muitos deles, porém, eram, ao mesmo tempo, cortadores, arrastadores, serradores e balseiros, tendo uma atividade permanente. Com o crescimento do número de serrarias, principalmente após a sua interiorização, passaram a ser a principal mão-de-obra, normalmente barata, por gravitar ao redor da empresa em busca de atividade.

Com o início da utilização do caminhão no transporte da madeira, as serrarias puderam interiorizar-se para locais antes impossíveis de chegar face à inexistência de rios ou pela distância excessiva.

A partir do surgimento dessas serrarias, muitos núcleos foram se formando, normalmente ao redor das serrarias. Muitas vezes, o proprietário da serraria, para atrair trabalhadores, oferecia casas para morar, construídas por ele ao redor do pátio da indústria.

Os salários pagos eram, quase sempre, baixos, não ensejando muitas perspectivas de avanço sócio-econômico e, muito menos, de autonomia.

As condições de trabalho eram muito ruins. O peão não contava com assistência médica e social e nem amparo legal para as suas reivindicações. Tinha que se sujeitar às leis determinadas pelo patrão por depender dele em sua sobrevivência. Trabalhava enquanto tinha condições físicas para isso, mas se envelhecesse ou sofresse algum aci-

dente, era "despachado" sem indenização nenhuma e sem proteção ou perspectiva. Grande parte desses trabalhadores nunca foram registrados oficialmente como empregados e sua existência só era sentida na medida em que estivessem trabalhando. Embora já bastante diminuído pelas novas relações capitalistas, existia ainda a relação de "compadrio", mas já sem aquele sentido básico de proteção e de afilhamento.

- Os caboclos colonos: Muitos colonos possuíam, além de suas lavouras, um trabalho eventual como peão de alguma madeireira ou cortador de erva de algum ervateiro. No tempo da erva-mate, a propriedade privada da terra era um privilégio de poucos, e, muitos posseiros, durante o período em que não tinham atividade na sua roça, iam cortar erva para os ervateiros e grandes comerciantes. Com o desenvolvimento do ciclo da madeira, houve uma grande valorização da propriedade da terra, e, grande número de colonos, começou a penetrar na região. Esses colonos proprietários já estavam enquadrados na faixa de produtores de excedentes a serem colocados em um mercado consumidor.

Havia, também, os posseiros de áreas devolutas ou de companhias colonizadoras que se dedicavam à produção de suínos de "safra", (criavam o suíno solto em roças de milho, e quando estava gordo, o conduziam aos locais de comércio para vendê-lo).

Nos períodos de entresafra, exerciam as funções de peões de madeireiros como derrubadores, arrastadores, serradores ou balseiros. Grande parte dos balseiros que conduziam a madeira para ser comercializada na Argentina através do Rio Uruguai, eram colonos, como Gentil Arnaldo Pedrotti, que fez muitas viagens até o porto de São Borja, no Rio Grande do Sul.

A evolução do mercado dos produtos agrícolas fez com que esses colonos buscassem uma diversificação maior na produção agrícola, afastando-se dos trabalhos eventuais, por serem muito mal remunerados pelos donos de madeireiras. Com o definitivo afastamento desse colono de origem, o peão passou a ser quase que totalmente de origem cabocla, razão pela qual o conceito de "peão" passou a referir-se a uma relação de trabalho que unia o caboclo ao colono "de origem".

Ao dono do capital, da terra, das indústrias de erva e da madeira interessava maximizar os lucros e concentrar cada vez mais o seu poderio econômico, que se traduzia também em domínio político. Essa situação deveria ser mantida a qualquer custo, através de vendas lucrativas, minimização de custos, compensação de despesas.

O trabalhador, por sua vez, trabalhava para conseguir a sobrevivência. Cuidou do gado, extraiu a erva, cortou e transportou a madeira a troco de manufaturados, favores e um pequeno salário, que lhe assegurasse a condição mínima para sobreviver. Em todas as fases, caracterizou-se como despossuído, posseiro de terras que eram suas, analfabeto, explorado.

A situação de isolamento, referida nas falas apresentadas em entrevistas, deixava o caboclo sem possibilidades de contatos mais constantes com as comunidades evoluídas e com o comércio mais especializado. Em consequência disso, as comunidades interioranas passaram a ter uma forma de organização própria, fundamentada na necessidade dos seus elementos.

"Há uma nova correlação de forças em constituição. A caminho de sua realização a ordem capitalista desestrutura as tradicionais relações de dominação. E, neste movimento histórico, não tendo vez nem voz, o marginalizado homem sertanejo procura elaborar seu próprio modo de explicar e atuar sobre o mundo." (Auras, 1984p.44)

Essa correlação de forças que se constitui evidencia a passagem de uma estrutura coronelista, onde dominam fazendeiros, para uma estrutura capitalista, que tem, como dominadores, os empresários, desde os donos de barbaquás até os donos de grandes áreas de terras que exploravam por conta a madeira ou a adquiriam dos proprietários das terras para serrá-las ou conduzi-las em toras para a Argentina, através das balsas do rio Uruguai.

Essa nova classe dominante provoca a queda das relações mais amenas entre agregados, posseiros, peões e fazendeiros e faz surgir uma nova ordem de relações de trabalho, que traz em seu bojo a formação de um proletariado trabalhando a baixos salários para a produção de lucros aos donos da erva-mate ou da madeira.

O caboclo, cujas características comentamos, passou por todas as fases da economia, como espoliado e marginalizado do processo de criação de riquezas, reduzido a executor das tarefas básicas que não traziam recompensas, a não ser um irrisório salário que o tornava cada vez mais dependente e menos capaz de se livrar dessas algemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fases econômicas que ocorreram na região (criação de gado, exploração da erva-mate e madeira) sempre se caracterizaram pela forte concentração de capital financiador da economia.

Na criação de gado, os fazendeiros, elevados ao "status" de coronéis, os grandes empresários exportadores de erva-mate e os grandes donos de terra e de serrarias na fase da madeira, dominavam a região política e economicamente transformando-a de tal forma que tudo era propriedade deles, inclusive as pessoas que para eles trabalhavam.

Desta forma, deu-se o afastamento sistemático do caboclo, visto como estorvo ao bom desenvolvimento das novas comunidades.

Na fase colonizadora propriamente dita é que começa a migração dos caboclos que circulam o redor das pequenas serrarias, trabalhando como empregados baratos, proletarizando-se gradualmente.

A problemática analisada, mais do que dar uma certeza de entendimento da filosofia de vida e da situação do caboclo na região, suscita interrogações que precisam de complexas respostas e amplas pesquisas.

Para onde foi o caboclo, a partir do momento em que não haviam mais terras livres para ocupar?

Diversas hipóteses podem ser levantadas e serão ou não confirmadas, através de novas pesquisas.

Sabe-se que existem, todavia, localidades em que o caboclo predomina ou forma a maioria dos habitantes. Geralmente esses locais são de difícil acesso ou as suas terras são de difícil exploração agrícola. Urge efetuar um levantamento desses núcleos e, através de metodologia adequada, proceder à sua caracterização.

Ainda hoje é possível encontrar caboclos como arrendatários e posseiros. Outras transformaram-se em pequenos proprietários. Provavelmente, poder-se-á encontrar caboclos nos movimentos de agricultores sem terra, que gravitam em torno dos latifúndios.

Podem ser facilmente identificados alguns também periferia das maiores cidades do Oeste. Resta, porém, se essas periferias foram formadas pelos caboclos em busca de empregos.

Paralelamente, sabe-se que muitos saíram em direção dos estados do norte, passando pelo Paraná, seguindo até o Mato Grosso e Rondônia, talvez, rumaram para o Paraguai.

É possível que muitas destas especulações dêem respostas às perguntas provocadas pelo estudo aqui desenvolvido. É fundamental, entretanto, que os historiadores oestinos se preocupem com todas essas possibilidades e desencadeiem uma pesquisa profunda e séria a respeito do caboclo, pioneiro esquecido, cuja memória merece ser recuperada e ter reconhecido seu papel no desbravamento regional.

A FORMAÇÃO DO OESTE CATARINENSE

Breve Resenha de Datas

A cronologia a seguir, baseada principalmente na obra do Conselho Indigenista Missionário (1984) e Piazza (1982) tem como objetivo situar o leitor no contexto da evolução regional e da penetração populacional no Oeste de Santa Catarina, arrolando apenas as datas que se relacionam diretamente com os assuntos tratados neste trabalho.

- 1720 Chegou ao rio Inhamguera, atual rio Chapecó, o bandeirante Zacarias Dias Cortes.
- 1770 A partir desta data existem projetos da ocupação dos campos de Guarapuava, que eram habitados pelos índios Kaingang. A finalidade da pretendida ocupação era a formação de fazendas de criação de gado, assegurando o domínio português sobre o território.
- 1777 É feito o tratado de Santo Ildefonso, estabelecendo os limites entre os domínios portugueses e espanhóis. Procede-se a um reconhecimento do oeste catarinense, estabelecendo como limites, os rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio.
- 1801 O território das Missões, no Rio Grande do Sul, é conquistado aos espanhóis, voltando ao domínio português.
- 1808 Com a vinda da família real portuguesa ao Brasil são feitos planos para ocupação efetiva do território, principalmente os campos de Guarapuava, considerados porta de entrada para a conquista dos campos gerais de Curitiba.
- 1810 O tenente coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal chega a Guarapuava. Inicia-se a formação de fazendas de criação de gado por portugueses, protegidos pela força militar da Corte, que tinha como função precípua afastar os indígenas do local.
- 1820 A Vila de Lages foi anexada à província de Santa Catarina, desligando-a da província de São Paulo. A estrada

da, que havia sido construída pelos paulistas para ligar Viamão (no Rio Grande do Sul) a São Paulo para o transporte de tropas de gado e muares, passa a contar com tributos intermediários estabelecidos por Santa Catarina.

- 1839 Antecipando-se à iniciativa governamental, os fazendeiros ocupam os campos de Palmas, para a formação de novas fazendas, evitando que os paulistas viessem a tomar posse da área.
- 1840 Alguns fazendeiros dirigiram-se mais a Oeste, chegando até os Campos do Erê. Com a consolidação da ocupação dos campos de Palmas, torna-se mais viável a abertura de uma estrada para a região das missões do Rio Grande do Sul, para o transporte de tropas de gado e muares.
- 1845 Por determinação da província de São Paulo, abre-se um picadão ligando a freguesia de Ponta Grossa às missões riograndenses, passando pelos campos de Palmas, em direção à Vila de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. Contou com a importante ajuda dos índios, comandados por Vitorino Condá.
- 1850 Promulga-se a Lei de terras estabelecendo que as posses seriam registradas nas paróquias, mas para se tornarem representativas de propriedade deveriam ser medidas pelos governos provinciais.
- 1853 É criada pelo governo imperial a província do Paraná, pelo desmembramento da parte sul da província de São Paulo, de tal forma que a região Oeste do Estado de Santa Catarina passa a pertencer à nova província.
- 1855 É criada a prelazia de Palmas, que passa a jurisdicionar o território entre os rios Iguaçu e Uruguai.
- 1854 a 1857 A estrada de Palmas às Missões é inspecionada três vezes pelos engenheiros do império, com a finalidade de estabelecer melhoramentos em função de sua importância. O povoamento estava restrito às fazendas de criação nos campos de Palmas e no Campo Erê.
Os pousos ao longo da estrada eram: Passo de Chapecó, onde havia uma agência de impostos (hoje Abelardo Luz), Xanxerê, Passo do Carneiro (hoje Passo Bormann) e

Goio-En. Os argentinos começaram a penetrar na região em busca de erva-mate, utilizando o curso do rio Uruguai. Com a finalidade de baratear o transporte dos muares correntinos, utilizados nos cafezais de São Paulo, os brasileiros decidiram abrir um caminho que ligasse diretamente a região de Corrientes (Argentina) a Palmas e daí a Sorocaba.

1856 O índio Vitorino Condá, que tinha ido morar no Rio Grande do Sul, atravessou o Rio Uruguai e veio morar na região de Chapecó.

1859 Cria-se as colônias militares em Xapecó e Chopim. A instalação dessas colônias, porém, foi retardada até 1882.

1861 Foi instalada, nas margens do rio Chapecó, uma coletoria de impostos do Tesouro Nacional, no local onde já havia uma agência de impostos do governo do Paraná.

1864 Manoel Marcondes de Sá executa a abertura da estrada para Corrientes, utilizando, inclusive, mão-de-obra indígena, comandada por Vitorino Condá. A rota da estrada partindo de Palmas, passava por Campo Erê e em direção ao Oeste para Corrientes, cruzava entre as cabeceiras dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio.

A partir de 1870 Com a Guerra do Paraguai a Argentina perde o comércio da erva-mate daquele país e houve um sensível incremento na procura da erva oestina. As exportações aumentam e afirmam a indústria ervateira. Os principais ervais passam a ser particulares, diminuindo gradativamente a exploração livre. A presença dos argentinos aumenta, ao mesmo tempo em que recrudesce a questão de limites entre os dois países.

1882 Em março de 1882 foi instalada a Colônia Militar de Chapecó, na localidade de Xanxerê, pelo Capitão José Bernardino Bormann.

1889 Com a proclamação da república houve a separação do estado e da igreja, passando as atribuições de registro

para os estados e suas diretorias de terras.

- 1890 A partir desta data e até 1916 a extração da erva-mate será a principal atividade econômica da região.
- 1893 Ocorre a revolução Federalista no Rio Grande do Sul, os chamados luso-gaúchos, foram penetrando na região em busca de refúgio, em função de suas pendências políticas.
- 1895 É resolvida a questão de limites entre o Brasil e a Argentina, (arbitrio do presidente Cleveland dos E.U.A.), passando a fronteira pelos rios Santo Antônio e Peperi Guaçu, localizados conforme interpretação do Brasil, e a linha reta entre as nascentes desses dois rios. A região Oeste passa a ser definitivamente, brasileira.
- 1912 Inicia-se a Guerra do Contestado no Meio-Oeste Catarinense. Essa guerra não atingiu diretamente a região Oeste. Ela teve importância maior em função da disputa, entre os estados do Paraná e Santa Catarina, do território do Oeste Catarinense, desde Campos Novos até o Rio Peperi-Guaçu. Acabou em 1915, com o aniquilamento dos caboclos que viviam como posseiros em terras particulares ou devolutas.
- A razão básica para que os sertanejos se revoltassem foi a concessão de grandes áreas de terras à empresa construtora de estradas de ferro que passa por Joaçaba, e que liga São Paulo ao Rio Grande do Sul. A Empresa para poder explorar essas terras com mais tranquilidade, resolveu expulsar esses posseiros das terras, provocando o surgimento de diversos redutos de caboclos, revoltados com seu afastamento da terra.
- 1913 A partir desse ano, a exportação da madeira nas margens do Rio Uruguai e seus afluentes incrementa-se e a "balsa" é utilizada como meio de transporte através do Rio Uruguai. O destino dessa madeira era a Argentina.
- 1916 É resolvida, finalmente, a questão dos limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná, passando a regi

ão contestada a ser dividida pelo divisor de águas dos afluentes dos rios Iguaçu e Uruguai.

- 1917 Pela Lei 1147, o governo do estado de Santa Catarina cria os Municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (Joaçaba) e Chapecó. A criação destes Municípios representou a tomada de posse do território, por parte do estado e são iniciados os movimentos de colonização da região.
- 1919 A colonizadora LUCE & ROSA e CIA. adquiriu a fazenda Barra Grande (dos herdeiros da Baronesa da Limeira), a fazenda Sarandy e recebeu também concessão do governo estadual uma área chamada de Norte da Fazenda Sarandy, completando 38.000 ha. (trinta e oito mil alqueires) de terras contínuas. Foi o primeiro projeto de colonização organizado na área do ex-contestado.
- 1920 A partir deste ano começa a fase da organização das principais colonizadoras que atuaram no Oeste.
- 1925 A coluna Prestes, passa pela região Oeste, penetrando em Mondai, em direção a Barracão.
- A partir de 1930 O Oeste passa a ser colonizado com maior intensidade e os núcleos já povoados expandem-se rapidamente. A indústria madeireira cresce bastante, atingindo principalmente as margens do Rio Uruguai e seus afluentes de maior porte.
- As colonizadoras loteiam as áreas de suas propriedades, titulando-as a colonos vindos principalmente do Rio Grande do Sul. A interiorização do povoamento foi ocorrendo na medida em que os caminhos eram abertos para a exploração madeireira.
- Generaliza-se o uso do caminhão no transporte de cargas e a colonização recebe um novo impulso, se interiorizando.
- A partir de 1954 Começam a se desmembrar e emancipar os Municípios, pertencentes ao Velho Chapecó.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ALMEIDA, Maria. Quatro séculos de agricultura e pecuária em São Paulo. São Paulo, 1946.
02. ALMEIDA, Maria. O crescimento da agricultura e da pecuária, bem como a acumulação de capital através da exploração da madeira, provocam o surgimento de um importante segmento industrial: os frigoríficos, que evoluíram para a formação dos complexos agroindustriais que darão nova feição ao Oeste. Doc. Demora, CINI, 1946.
03. ALMEIDA, Maria. Revolução do Oeste Catarinense. Revista de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, III (19) 11-12, 1967.
04. ALMEIDA, Maria. A região das Araucárias catarinenses, suas espécies, florestas naturais e seu aproveitamento. Revista de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, II (10) 11-12, 1967.
05. ALMEIDA, Maria. A colonização de Santa Catarina. Porto Alegre, Sulina, 1962.
06. ALMEIDA, Maria e MARIANI, Laura. Santa Catarina, história da gente. Florianópolis, Lanchetti, 1963.
07. ALMEIDA, Maria. Os primeiros habitantes catarinenses. Revista de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, II (10) 11-12, 1967.
08. ALMEIDA, Maria. Os primeiros habitantes catarinenses. Revista de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, II (10) 11-12, 1967.
09. ALMEIDA, Maria. Os primeiros habitantes catarinenses. Revista de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, II (10) 11-12, 1967.
10. ALMEIDA, Maria. Os primeiros habitantes catarinenses. Revista de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, II (10) 11-12, 1967.
11. ALMEIDA, Maria. Os primeiros habitantes catarinenses. Revista de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, II (10) 11-12, 1967.
12. ALMEIDA, Maria. Os primeiros habitantes catarinenses. Revista de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, II (10) 11-12, 1967.
13. ALMEIDA, Maria. Os primeiros habitantes catarinenses. Revista de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, II (10) 11-12, 1967.
14. ALMEIDA, Maria. Os primeiros habitantes catarinenses. Revista de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, II (10) 11-12, 1967.

RESUMOS

01. Resumo do trabalho de Maria Almeida sobre a história da agricultura e pecuária em São Paulo, publicado em 1946.
02. Resumo do trabalho de Maria Almeida sobre o crescimento da agricultura e da pecuária, bem como a acumulação de capital através da exploração da madeira, publicado em 1946.
03. Resumo do trabalho de Maria Almeida sobre a revolução do Oeste Catarinense, publicado em 1967.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. AURAS, Marli. Guerra do Contestado; a organização da irmandade ca
bocla. Florianópolis, UFSC; São Paulo, Cortez, 1984.
02. BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. Revista do
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis,
3 (6): 07-73, 1985.
03. CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Toldo Chimbangue; história e lu
ta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê, CIMI, 1984.
04. GAIGER, Júlio M. G. Toldo Chimbangue; Direito Kaingangue em Chape
cô; análise jurídica. Xanxerê, CIMI, 1985.
05. MARTORANO, Dante. Desbravadores do Oeste Catarinense. Revista do
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis,
3 (4): 307-13, 1982/83.
06. PEREIRA, Carlos Costa. A região das Araucárias; conquista, desvas
samento, riquezas naturais e seu aproveitamento. Revista do Ins
tituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis,
11 (2): 31-69, 1943.
07. PIAZZA, Walter Fernando. A Colonização de Santa Catarina. Porto A
legre, Pallotti, 1982.
08. PIAZZA, Walter Fernando & HUBENER, Laura Machado. Santa Catarina,
história da gente. Florianópolis, Lunardelli, 1983.
09. POLI, Jaci. Caboclo, pioneiro esquecido. Chapecó, FUNDESTE, 1987.
87 p. (Monografia)
10. ROSSETTO, Santo. Síntese histórica da Região Oeste. Cadernos do
Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de San
ta Catarina, 1 (1): 7-11, 1986.
11. SANTOS, Sílvio Coelho dos. Nova história de Santa Catarina. Flo
rianópolis, Lunardelli, 1974.
12. SILVA, Osmar R. da. Pioneiros Esquecidos. Revista do Instituto e
Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 11 (2): 27-9, 1943.
13. SILVA, Zedar Perfeito da. Oeste Catarinense. Rio de Janeiro, Grá
fica Lemmert, 1950.
14. WACHOWICZ, Ruy Cristovam. Paraná, Sudoeste; Ocupação e Coloniza
ção. Curitiba, Lítero Técnica, 1986.

ENTREVISTAS

01. Entrevista realizada com Marcílio Teixeira Sobrinho, por Jaci Po
li, em 18 de janeiro de 1987, depositada no CEOM/FUNDESTE, 31 p.
02. Entrevista realizada com Maria Gertrudes Pedrozo, por Maria Apare
cida Dos Santos, em 13 de março de 1987, depositada no CEOM/
FUNDESTE, 33 p.
03. Entrevista realizada com Teodomiro de Aguiar, por Tânia Maria Cas
telli Catalan, em 13 de novembro de 1986, depositada no CEOM/
FUNDESTE, 43 p.

INSTRUÇÕES A COLABORADORES

- CADERNO DO CEOM publica trabalhos originais diretamente relacionados com o processo de desenvolvimento histórico-cultural da região oeste de Santa Catarina.
- Os trabalhos apresentados sob a forma de pesquisas, artigos teóricos e resenhas serão apreciados pelo Conselho Editorial e por especialistas que se reservam o direito de sua publicação ou não.
- O Conselho Editorial permite-se fazer pequenas modificações no texto e, no caso de alterações significativas, serão sugeridas ao autor para fazer a devida revisão.
- O conteúdo dos cadernos pode ser livremente transcrito, observada a ética autoral que determina a indicação da fonte.
- Os conceitos e afirmações contidas nos artigos serão de inteira responsabilidade do(s) autor(s).
- As referências bibliográficas completas devem ser relacionadas no final do artigo em ordem alfabética.
- Os trabalhos deverão ser datilografados em duas vias e encaminhados à:

FUNDAÇÃO DE ENSINO DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE
CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO
OESTE DE SANTA CATARINA - CEOM
Estrada Chapecó - São Carlos, Km 07
89800 - CHAPECÓ - SC
Fone: (0497) 22.2033